

Cérebro e finanças

Nos EUA, trabalhadores com ansiedade ou mudanças bruscas de humor ganham 40% menos do que os "normais"

Jogar dinheiro pela janela é mesmo coisa de insanidade mental. Está confirmado por um estudo feito pelo Instituto Nacional de Saúde Mental americano, publicado no último número da revista *American Journal of Psychiatry*. Ronald Kessler, da Universidade de Harvard, analisou quase 5 mil questionários respondidos por americanos, entre 18 e 64 anos, representativos da população produtiva do país, à procura de diferenças salariais, quando essas pessoas eram ou se tornavam mentalmente doentes.

Os pesquisadores quantificaram a perda no salário anual de indivíduos que apresentavam doenças mentais graves, caracterizadas como: doenças do humor e ansiedade que prejudicam o trabalho por pelo menos 30 dias no ano e doenças mentais com risco de suicídio ou com repetidos atos de violência. Esses indivíduos declaram receber um salário anual 40% menor que os indivíduos sem problemas mentais. Homens com alterações mentais sofreram um impacto maior no seu salário do que mulheres, mas mesmo assim sempre receberam mais que elas.

Os autores do estudo consideraram que o salário menor dos indivíduos doentes corresponderia a 75% das perdas desse grupo e que 25% a mais deveriam ser adicionados pela maior probabilidade de indivíduos com doenças não trabalharem.

O índice de indivíduos com doença mental diagnosticada nos EUA é maior do que no Brasil, mas mesmo que tivéssemos menos indivíduos com psicopatias, quando comparado com a perda de quase 200 bilhões de dólares nos Estados Unidos, o valor presumido de perda em reais é assustador: 43,5 bilhões de reais ao ano.

"Existem doenças que não deveríamos procurar a cura, pois nos protegem de outras mais graves"

MARCEL PROUST (1871-1922)



EFEITO. Pesquisadores quantificaram perda de renda de quem enfrenta problemas psiquiátricos

Nota-se que esse é apenas um dos tipos de perda indireta. Outros tipos indiretos, como doenças coexistentes e perda de produção do familiar que fica cuidando do doente e não vai trabalhar, não estão nessa conta; também não foram contabilizados os custos diretos das doenças mentais, como internação hospitalar, medica-

mentos dispensados, exames, aposentadoria precoce e manutenção desses indivíduos em manicômios e presídios. O estudo é forte indicativo do quanto as doenças mentais provocam de impacto na produção de valores em uma nação. Nos EUA, as doenças mentais correspondem a 15% de toda a "carga" das doenças em geral sobre a economia.

O National Institute of Mental Health foi criado em 1946 pelo então presidente Harry Truman e estabelecido em 1949. Em 1955, o Congresso e instituições não-governamentais formaram uma comissão que deu o impulso que o estudo de doenças mentais, naquele país, precisava. Com quase 50 anos, ainda serve como modelo para países pobres, carentes de controles sobre o desperdício, como o nosso.

Para identificar quem precisa de ajuda, a Associação Americana de Psiquiatria sugere uma lista de sinais e sintomas que funcionam como aviso. Quem apresenta um ou mais deles deve ser avaliado por um psiquiatra ou outro médico: mudança radical de personalidade, dificuldade em lidar com problemas simples e atividades da vida diária. Também devem ser observados idéias estranhas ou muito grandiosas, ansiedade excessiva, apatia e depressão prolongadas, mudanças importantes nos padrões de alimentação e sono, altos e baixos extremos, abuso de drogas ou álcool, raiva excessiva, e hostilidade ou comportamento violento, entre outros.

PEDIATRAS, ATENÇÃO!

Pesquisadores da Universidade de Rochester descobriram um jeito bastante rápido e eficiente de atender a consultas de emergência, sem que os pais levem seus filhos para a sala de emergência. Kenneth McCohnochie e outros pesquisadores avaliaram mais de 6 mil consultas feitas por telemedicina desde 2006, na região de Rochester, no estado de Nova York. e as comparou com 22 mil consultas atendidas pessoalmente no pronto-socorro. Descobriram que 28% dessas consultas presenciais sofreram o mesmo processo diagnóstico e as crianças receberam o mesmo tratamento que na consulta a distância.

Os autores concluem que mais 6 mil consultas, portanto, poderiam ser feitas por telemedicina, das quais 87% delas foram realizadas pelo próprio pediatra do paciente. Com esse método, mais de um terço dos atendimentos pediátricos feitos nas salas de emergência não existiriam, poupando dinheiro do sistema de saúde e tempo dos médicos para ser utilizados em casos mais graves.

Nos Estados Unidos, quem mais rejeita a consulta a distância são os convênios, pois os pais que a utilizam o fazem com uma frequência 23% maior. Com esse estudo, o pediatra demonstra uma economia anual de 14 dólares por criança para o convênio, já que as consultas no pronto-socorro ficam sete vezes mais caras.